

Capitalism, Judicial Decisions and the Rule of Law
O capitalismo, as Decisões Judiciais e o Estado de Direito

José Francisco da Silva Neto

Federal Judge – São Paulo -Brazil

Professor of Law

Juiz Federal em São Paulo - Brasil

Professor de Direito

O capitalismo, as Decisões Judiciais e o Estado de Direito

Desde há muito verberam os mais acres críticos capitalistas em Brasil sobre o teor deste ou daquele comando judicial, lavrado nesta ou naquela esfera, que a "afetar" interesses em tese abaladores/provocadores de uma assim sustentada elevação do "custo-Brasil", expressão inerente ao "economês" e da qual se lança mão em tais ocasiões.

Se, por um lado, elogiosamente livre a manifestação do pensamento, no regime político democrático no qual aqui se vive desde aquele 5/10/1988, por outro ângulo merecem referidas "vociferações" elementar temperamento, pois tanto a sistemática da atuação do Judiciário em solo pátrio, como as diretrizes supremas, inerentes à Ordem Econômica, emanam de um texto comum a ambos os ângulos, a Constituição Federal vigente, consagradora do Estado de Direito.

Neste âmbito, então, insta ressaltar-se seja ponto fundamental a referido ambiente a positivação de normas jurídicas desde seu ápice, desde o topo do sistema mesmo, por meio das diretrizes constitucionais, as quais tanto regem o devido processo legal em esfera judicial, quanto as relações capitalistas intrínsecas à Ordem Econômica.

Ora, por conseguinte, licença merecida aos então (e assim) "críticos de ocasião" - possivelmente pouco afeitos ao ordenamento jurídico impregnador da realidade brasileira - antes de que se lance mais esta ou aquela

"sábria afirmação" de que decisões judiciais estejam a "prejudicar" a estes ou àqueles interesses econômicos, avulta elementar se lhes recorde seja próprio ao regime democrático, consagrado pelo Estado de Direito atual, sujeitem-se também os comandos judiciais ao plano da ampla defesa recursal, via da qual sejam confirmados ou reformados, tudo isso evidentemente de basilar conhecimento também dos titulares das riquezas envoltas nos litígios que conduzidos ao Judiciário.

Assim, sem espaço o ambiente brasileiro para "sustos", ventilados como aqui antes em recordação, nem para apelos emocionais/calculistas/aritméticos desta ou daquela grandeza, acima de tudo se deve ter em conta a reger a tudo isso o Estado de Direito, não das improvisações nem das emoções lançadas em "repentes" de duvidosa consistência.

Portanto, *serenidade* revela-se aqui termo de bom tom, a se recomendar à compreensão de todo texto judicial que a ordenar sobre esta ou aquela relação controvertida junto ao meio social, afinal vive-se sob o império de uma Constituição redigida sob a titularidade de todo o povo.

SILVA NETO, José Francisco. *O capitalismo, as Decisões Judiciais e o Estado de Direito*. New York: Lawinter Review, Volume I, Issue 4, October 2010, p. 443/445.